



# PREFEITURA DE SOBRAL

LEI Nº 2612 DE 10 DE JUNHO DE 2025

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL - PGCMS, SOBRE SUA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES, INSTITUI SUA REGULAMENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

## TÍTULO I

### DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS E DA PROCURADORIA

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral (PGCMS), é um órgão essencial, permanente, vinculado diretamente à Presidência, responsável pela representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo Municipal, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, nos termos desta Lei.

**Art. 2º** As jurisprudências e súmulas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil são aplicáveis a atividade dos Procuradores.

#### CAPÍTULO II

##### DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

**Art. 3º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral - PGCMS, subordinada à Presidência da Mesa Diretora, que a representa judicial e extrajudicialmente, sujeitando-se, ao disposto nesta Lei, na Lei nº 038/92, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sobral, Resoluções da Câmara Municipal e legislação correlatas.



# PREFEITURA DE SOBRAL

**Parágrafo único.** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral - PGCMS, integra a estrutura administrativa da Câmara Municipal, atua nos feitos em que a Câmara Municipal possua interesse direto ou indireto.

**Art. 4º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral – PGCMS é órgão que integra a estrutura administrativa do Poder Legislativo municipal, vinculando-se diretamente à Presidência da Mesa Diretora, a quem cabe a representação judicial e extrajudicial da Casa.

**§ 1º** No desempenho de suas atribuições, a PGCMS submete-se às disposições desta Lei, da Lei nº 038/1992 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sobral), das Resoluções da Câmara Municipal e demais normas correlatas.

**§ 2º** Compete à PGCMS patrocinar e acompanhar todos os feitos - judiciais, administrativos ou extrajudiciais - em que a Câmara Municipal de Sobral detenha interesse direto ou indireto, preservando seus direitos, prerrogativas e patrimônio.

## TÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

#### DAS ATRIBUIÇÕES

**Art. 5º** Incumbe à Procuradoria Geral da Câmara Municipal:

**I** - representar judicial e extrajudicialmente a Câmara Municipal de Sobral na defesa dos seus interesses, na defesa judicial dos Vereadores no tocante aos atos praticados no exercício de suas prerrogativas, mediante prévia solicitação e/ou autorização da Presidência, observada, em qualquer caso, a competência institucional da Procuradoria Geral do Município para defender, judicial e extrajudicialmente, os direitos e interesses da Fazenda Municipal;

**II** - Prestar assessoramento e consultoria jurídica à Mesa Diretora e aos departamentos administrativos da Câmara Municipal, quando solicitado;



## **PREFEITURA DE SOBRAL**

**III** - apresentar análise jurídica, quando encaminhada pela presidência, quanto à constitucionalidade e à legalidade das proposições submetidas as Comissões Permanentes da Câmara, especialmente a Comissão de Finanças, Justiça e Redação;

**IV** - prestar assessoramento e emitir pareceres jurídicos quando solicitado pela Presidência da Mesa Diretora, sobre questões regimentais suscitadas dentro e fora das sessões plenárias;

**V** - prestar assessoramento à Presidência na realização da análise prévia de admissibilidade dos projetos, realizando pesquisa de legislação e projetos anteriores, indicando a existência de legislação e projetos que tenham por objeto matéria correlata, e na designação das Comissões Permanentes pelas quais os projetos deverão tramitar;

**VI** - redigir e revisar minutas de informações e demais peças destinadas à Presidência da CMS, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, bem como de instrumentos contratuais, termos de ajuste e convênios;

**VII** - elaborar parecer jurídico sobre abertura de licitação, dispensa ou inexigibilidade;

**VIII** - processar e presidir procedimentos disciplinares e sindicâncias em geral;

**IX** - elaborar pareceres e manifestações jurídicas em processos administrativos;

**X** - planejar anualmente suas atividades, e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

**XI** - uniformizar as orientações jurídicas no âmbito da Câmara Municipal;

**XII** - dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Mesa Diretora.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**





# PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 6º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal tem a seguinte estrutura organizacional:

**I** - Procuradoria Geral;

**II** - Procuradoria Adjunta;

**III** - Procuradoria Assistencial.

**§ 1º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal será dirigida pelo Procurador Geral, cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, cuja escolha será entre Advogados regularmente inscritos na OAB/CE, com no mínimo 05(cinco) anos no exercício da advocacia.

**§ 2º** A Procuradoria Adjunta será regida pelo Procurador Adjunto, cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, cuja escolha será entre Advogados regularmente inscritos na OAB/CE, com no mínimo 05(cinco) anos no exercício da advocacia.

**§ 3º** A Procuradoria Assistencial, composta por 04 (quatro) cargos efetivos de carreira da Câmara Municipal de Sobral, será exercida pelos Procuradores Assistentes.

**§ 4º** Todos os membros da Procuradoria Geral, exercerão carga horária de 20 (vinte) horas semanais, dispensada da assinatura ou controle de ponto, sem prejuízo do atendimento e exigência de suas atribuições.

**§ 5º** Os membros da Procuradoria Geral, por meio de ato administrativo do Procurador Geral e devidamente autorizado pela Presidência da Câmara Municipal de Sobral, poderão estabelecer escala de trabalho entre os procuradores jurídicos, com atividades em sistema de rodízio, visando o melhor andamento dos trabalhos.

**§ 6º** Aplicam-se aos procuradores a legislação sobre teletrabalho.

## Seção I

### Do Procurador Geral da Câmara Municipal



## PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 7º** A Procuradoria Geral da Câmara Municipal, vinculada diretamente à Presidência, tem por chefe o Procurador Geral da Câmara Municipal.

**Art. 8º** São atribuições do Procurador Geral:

**I** - dirigir e superintender a Procuradoria Geral da Câmara Municipal, coordenando e orientando suas atividades e a sua atuação;

**II** - representar a Câmara Municipal de Sobral em qualquer juízo ou instância, em processos em que o mesmo for parte, autor, réu, assistente ou oponente.

**III** - apresentar as informações a serem prestadas pela Presidência da Câmara, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e nas relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão do Poder Legislativo;

**IV** - desistir, transigir, acordar, receber citação e firmar compromisso nas ações de interesse da Câmara Municipal, nos termos da legislação vigente;

**V** - autorizar, por solicitação do Procurador vinculado ao feito, caso entenda cabível e necessário:

**a)** a não propositura ou a desistência de ações ou medidas judiciais, especialmente quando o valor do benefício não justifique a lide ou, quando do exame da prova ou da situação jurídica, se evidenciar improbabilidade de resultado favorável;

**b)** a dispensa da interposição de recursos judiciais ou a desistência dos interpostos, especialmente quando contraindicada a medida, em face da jurisprudência predominante;

**c)** a composição amigável em processos administrativos ou judiciais, resguardados os superiores interesses do Poder Legislativo Municipal.

**VI** - assessorar à Presidência e a Mesa Diretora em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

**VII** - assistir à Presidência da Câmara no controle interno da legalidade dos atos da Mesa Diretora;



## PREFEITURA DE SOBRAL

**VIII** - sugerir à Presidência da Câmara Municipal medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público;

**IX** - representar institucionalmente o Poder Legislativo Municipal e à Presidência da Câmara Municipal junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), Ministério Público Estadual (MPCE) e demais órgãos públicos e privados que lhe for atribuído;

**X** - garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos;

**XI** - proferir decisão nos inquéritos e nos processos administrativos disciplinares promovidos contra Procuradores da Câmara, aplicando-lhes penalidades, salvo a de demissão, cuja competência será da Presidência, mediante prévio procedimento administrativo regido por comissão especialmente criada para este fim;

**XII** - homologar, junto a Presidência da Câmara, os concursos públicos de ingresso na carreira de Procurador Assistente;

**XIII** - promover a lotação e a distribuição dos Procuradores;

**XIV** - realizar as distribuições de processos aos Procuradores;

**XV** - editar e praticar os atos normativos, ou não normativos, inerentes às suas atribuições;

**XVI** - propor à Presidência da Câmara Municipal as alterações a esta Lei;

**XVII** - promover e coordenar o assessoramento e a consultoria jurídica e a representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo;

**XVIII** - chefiar, supervisionar e orientar a atuação dos cargos da Procuradoria Geral da Câmara Municipal;

**XIX** - controlar os processos que forem encaminhados à Mesa Diretora e às Comissões Permanentes e Temporárias da Câmara Municipal;





## PREFEITURA DE SOBRAL

**XX** - dirimir os conflitos de atribuições entre Procuradores;

**XXI** - uniformizar a orientação jurídica da Procuradoria Geral da Câmara Municipal;

**XXII** - decidir sobre o estágio probatório e a avaliação de desempenho dos integrantes de carreira de Procurador;

**XXIII** - exercer outras atribuições correlatas;

**XXIV** - pronunciar-se em nome da procuradoria.

### Seção II

#### Da Procuradoria Adjunta

**Art. 9º** A Procuradoria Adjunta vinculada diretamente ao Procurador Geral, compete-lhe:

**I** - substituir o Procurador Geral nas ausências ou nos seus impedimentos.

**II** - assistir diretamente ao Procurador Geral no âmbito de sua atuação;

**III** - assessorar o Procurador Geral no planejamento, na coordenação, na supervisão, no acompanhamento e na avaliação das atividades da Procuradoria;

**IV** - assessorar diretamente o Procurador Geral na sua representação civil, social e administrativa, mediante delegação expressa;

**V** - assessorar o Procurador Geral na adoção de medidas administrativas que propiciem a harmonização das atividades da Procuradoria Geral da Câmara Municipal;

**VI** - prestar assessoramento ao Procurador Geral, encaminhando-lhe, para pronunciamento final, as matérias que lhe forem submetidas pelo Procurador Geral;



## PREFEITURA DE SOBRAL

**VII** - coordenar, em articulação com a Chefia de Gabinete da Presidência, o atendimento às solicitações e convocações da Câmara Municipal;

**VIII** - controlar a observância dos prazos para emissão de pronunciamentos, pareceres e informações da responsabilidade da Procuradoria Geral;

**IX** - gerenciar a distribuição de citações, intimações e processos, cumprimento de prazos e a devolução dos autos;

**X** - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Procurador Geral;

### Seção III

#### Procuradoria Assistencial

**Art. 10.** A Procuradoria Assistencial será exercida pelos Procuradores Assistentes da Câmara Municipal, chefiados pelo Procurador Geral, competindo-lhe:

**I** - receber e atender com cordialidade a todos quantos o procurem para tratar, junto a si ou ao Procurador Geral, de assuntos de interesse do cidadão ou da comunidade, providenciando, quando for o caso, o seu encaminhamento aos setores competentes;

**II** - emitir pareceres em assuntos administrativos e judiciais incumbidos pelo Procurador Geral, bem como fazer carga de autos administrativos e judiciais;

**III** - acompanhar a jurisprudência e atualizações legais a fim de sugerir alteração e revisão da legislação local e dos entendimentos administrativos eventualmente superados;

**IV** - sugerir padronizar e formalizar os atos normativos submetidos ao exame da Câmara Municipal, mediante aplicação de princípios de técnicas redacional legislativa;

**V** - elaborar e examinar minutas de proposições legislativas;





## PREFEITURA DE SOBRAL

**VI** - sob demanda do procurador geral, analisar e manifestar-se sobre proposições legislativas votados pelo Poder Legislativo que tenha sido objeto de veto do Chefe do Poder Executivo;

**VII** - exercer outras atividades correlatas ao desempenho das atribuições dispostas neste artigo e que lhes sejam atribuídas pelo Procurador Geral ou pela Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 11.** Compete ainda a Procuradoria Assistencial, conforme designado pelo procurador geral, atuar no âmbito da Câmara Municipal de Sobral nas seguintes áreas:

**I** - na área de assistência jurídica a Procuradoria da Mulher:

**a)** promover o atendimento jurídico junto a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal;

**b)** prestar auxílio e suporte aos diferentes grupos ou pessoas que atuam em matérias atinentes à defesa dos direitos da mulher;

**c)** elaborar e examinar ações e participações nos trabalhos legislativos e na administração, voltados da política de defesa dos direitos da mulher;

**d)** receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher;

**e)** cooperar com organismos municipais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;

**f)** promover pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sobre a participação política da mulher;

**g)** auxiliar a Procuradoria da Mulher e as Comissões da Câmara Municipal na discussão de proposições que tratem, no mérito, de direito relativo à mulher ou à família;

**h)** elaborar matérias com o objetivo de implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias em todo território do município.



## **PREFEITURA DE SOBRAL**

### **II - na área Judicial e Extrajudicial:**

**a)** atuar judicial e extrajudicialmente na defesa dos interesses e prerrogativas da Câmara Municipal de Sobral, da Presidência e na defesa judicial dos Vereadores e Servidores, no tocante aos atos praticados no exercício de suas prerrogativas, quando solicitado pela Presidência da Câmara e/ou Procurador Geral;

**b)** emitir pareceres e manifestações jurídicas em processos administrativos;

**c)** manifestar-se em processos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, sobre sua área de atuação;

**d)** prestar assessoria e consultoria à Mesa Diretora, à Presidência, e aos demais Servidores da Câmara Municipal de Sobral, em todas as matérias relacionadas aos serviços administrativos da Câmara Municipal de Sobral;

**e)** planejar anualmente suas atividades e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

**f)** dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Câmara ou pelo Procurador Geral.

### **III - na área de Processo Legislativo:**

**a)** apresentar análise jurídica sobre aspectos de constitucionalidade e legalidade das proposições submetidas à Comissão de Finanças, Justiça e Redação;

**b)** prestar assessoramento e elaborar pareceres jurídicos à Mesa Diretora e à Presidência sobre questões regimentais suscitadas dentro ou fora das sessões plenárias;

**c)** prestar assessoramento e consultoria jurídica à Mesa Diretora, à Presidência, às Comissões Permanentes, e aos departamentos administrativos da Câmara Municipal e a quem for determinado pela Presidência da Câmara ou Procurador Geral;

**d)** planejar anualmente suas atividades e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;



## PREFEITURA DE SOBRAL

e) dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Câmara.

### **IV - na área de Contratos e Licitações:**

a) elaborar e revisar minutas de contratos, ajustes e convênios, bem como se manifestar sobre prorrogações, aditamentos, rescisões, aplicação de penalidade e demais incidentes relativos à execução de contrato firmado pela Câmara Municipal;

b) elaborar pareceres sobre licitações, bem como sua dispensa e inexigibilidade;

c) planejar anualmente suas atividades e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

d) dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Mesa Diretora.

### **V - na área de Elaboração Legislativa:**

a) elaborar proposições e substitutivos a pedido da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e Temporárias, e pelos departamentos administrativos da Câmara Municipal;

b) assessorar juridicamente Mesa Diretora e as Comissões na elaboração legislativa;

c) planejar anualmente suas atividades e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

d) Dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Câmara.

### **VI - na área de Pesquisa e Assessoria de Análise Prévia das Proposituras:**

a) assessorar à Presidência da Câmara na análise prévia de proposituras e designação das Comissões Permanentes competentes;





# PREFEITURA DE SOBRAL

b) realizar pesquisa e informar quanto à existência de similaridade de proposições em trâmite na mesma sessão legislativa e matéria legal em vigor, a fim de orientar à Presidência da Câmara quanto ao exame de admissibilidade das proposições;

c) realizar pesquisa e informar quanto à existência de similaridade de proposições em trâmite na Câmara Municipal de Sobral e matéria legal em vigor, a fim de fornecer subsídios ao trabalho das Comissões Permanentes e do Plenário;

d) planejar anualmente suas atividades e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas;

e) dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Presidência da Câmara.

**Parágrafo único.** Compete aos titulares do cargo efetivo de Procurador Assistente, exercer as atribuições de que trata este artigo, com orientação e subordinação ao Procurador Geral da Câmara Municipal de Sobral.

## CAPÍTULO III

### DOS PROCEDIMENTOS E ATOS INTERNOS DA PROCURADORIA GERAL

#### Seção I

##### Da Distribuição de Processos

**Art. 12.** Os Procuradores atuarão em processos judiciais e administrativos por designação ou distribuição do Procurador Geral.

§ 1º O Procurador Geral poderá, a qualquer tempo, presente o interesse da Câmara Municipal, avocar processos administrativos ou judiciais que estejam sob responsabilidade de Procurador ou promover a sua redistribuição a outro Procurador.

§ 2º O Procurador Geral poderá delegar ao Subprocurador, a função administrativa de distribuição interna de processos judiciais ou administrativos.



# PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 13.** O Procurador Geral estabelecerá a forma de processamento de expedientes e processos internos, bem como editará os atos necessários ao funcionamento da Procuradoria Geral.

## Seção II

### Dos Pareceres e Acórdãos da Procuradoria Geral da Câmara Municipal

**Art. 14.** É privativo da Presidência da Câmara Municipal e da Mesa Diretora submeter assuntos ao exame do Procurador Geral, inclusive para seu parecer.

§ 1º Os pareceres emitidos pela Procuradoria não possuem caráter vinculativo, mas opinativo, a fim de subsidiar a decisão da Presidência e, eventualmente, das Comissões Legislativas.

§ 2º O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho da Presidência da Câmara Municipal vincula a administração, cujos departamentos e setores ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 3º O parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas aos departamentos e setores interessados, a partir do momento em que dele tenham ciência.

§ 4º Os pareceres da Procuradoria Geral da Câmara, após despacho do Procurador Geral, devem ser submetidos a aprovação da Presidência da Câmara, quando for o caso de atribuição de efeito normativo.

**Art. 15.** Os pareceres aprovados pelo Procurador Geral inserem-se em coletânea denominada "Pareceres da Procuradoria Geral da Câmara Municipal", a ser editada e arquivada em local próprio.

## TÍTULO III

### DA PROCURADORIA ASSISTENCIAL



# PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 16.** A Procuradoria Assistencial da Câmara do Município de Sobral é regida no disposto nesta Lei, e Resoluções da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO I

### DA CARREIRA DO PROCURADOR ASSISTENTE

**Art. 17.** A carreira do cargo de Procurador Assistente, compreendidos seus níveis e carreira, prerrogativas, direitos e deveres previstos nesta Lei, na Lei nº 038/92, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sobral e Resoluções da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO II

### DOS DIREITOS SOCIAIS DA PROCURADORIA GERAL

**Art. 18.** Assegura aos membros da Procuradoria Geral da Câmara Municipal os direitos previstos na Lei nº 038/92, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sobral, dentre os quais:

- I** - férias, décimo terceiro e a previdência;
- II** - licenças;
- III** - outros direitos correlatos.

**Art. 19.** As férias dos integrantes da Procuradoria Geral da Câmara Municipal serão gozadas de acordo com a escala organizada pelo Procurador Geral, atendendo, quando possível, à conveniência do interessado, sem prejuízo do serviço.

**Parágrafo único.** A escala de férias poderá ser alterada, a qualquer tempo, pelo Procurador Geral, de ofício ou a requerimento do interessado, observada, em qualquer caso, a conveniência do serviço.





## PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 20.** Obedecidos aos demais preceitos desta Lei, o Procurador Assistente poderá ser cedido para ter exercício em outro ente federativo, órgão ou entidade, municipal, estadual ou federal, mediante autorização do Presidência da Câmara Municipal, nas seguintes hipóteses:

**I** - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

**II** - em casos previstos em leis específicas.

**§ 1º** Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do ente, órgão ou da entidade cessionário(a).

**§ 2º** A cessão far-se-á mediante ato específico, publicado na forma da Lei Orgânica Municipal, e poderá ser prorrogada pelo ente, órgão ou entidade cessionário (a) conforme prazo ajustado.

**§ 3º** Em caso de cessão para órgão não integrante da Administração Pública Municipal, o Procurador cedido não fará jus à percepção de honorários sucumbenciais durante o período de afastamento.

**Art. 21.** Ao Procurador Assistente investido em mandato eletivo aplicam-se as disposições descritas no art. 38, da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Havendo eleição de servidor público efetivo ocupante de cargo de procurador a cargo eletivo de vereador, inclusive, da Presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal, e, em havendo a opção por parte dele por manter sua remuneração do cargo efetivo, terá ele direito:

**I** - ao pagamento de décimo terceiro salário, férias e seu adicional, auxílio-alimentação, adicional por tempo de serviço, e outros direitos e vantagens já existentes ou que vierem a ser criados;

**II** - a contagem de tempo de trabalho, no exercício de mandato eletivo, para todos os efeitos legais, inclusive, para a aquisição de adicional por tempo de serviço, exceto para promoção por merecimento e para conclusão de estágio probatório.



# PREFEITURA DE SOBRAL

## TÍTULO IV

### DAS PRERROGATIVAS DA PROCURADORIA GERAL

**Art. 22.** Os Procuradores da Câmara Municipal, independente do seu vínculo funcional, no exercício de suas funções e prerrogativas inerentes à atividade advocatícia, deverão proferir opiniões de natureza técnico-científica emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial.

**Art.23.** São prerrogativas dos membros da Procuradoria Geral da Câmara Municipal:

**I** - requisitar auxílio e colaboração das Autoridades da Câmara Municipal para o exercício de suas atribuições;

**II** - intervir, na defesa da Câmara Municipal, em processos judiciais, com apresentação de procuração ou instrução de serviço;

**III** - a inviolabilidade de seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, em especial o Estatuto da Advocacia;

**IV** - a inviolabilidade de local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia;

**V** - receber os honorários de sucumbências que serão rateados entre os procuradores em partes iguais;

**VI** - todas as prerrogativas inerentes à advocacia, em especial as previstas nos artigos 7º e 7º-A do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94), e no art. 8º do Código de Ética.

## TÍTULO V

### DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS DA PROCURADORIA GERAL



## PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 24.** Os Procuradores lotados na Procuradoria Geral da Câmara deverão manter conduta compatível com a dignidade de seu cargo, incumbindo-lhe, especialmente:

- I** - ser leal as instituições que representar;
- II** - tratar com urbanidade os colegas Procuradores, os servidores e o público em geral;
- III** - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos legais e regulamentares, as atribuições do cargo e os serviços que lhe forem competidos;
- IV** - zelar pela regularidade e celeridade dos processos administrativos e judiciais em que intervenha;
- V** - guardar sigilo sobre fatos ou informações de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;
- VI** - representar ou comunicar ao Procurador Geral a respeito de irregularidade do servidor da Câmara de que venha a tomar conhecimento;
- VII** - declarar-se suspeito ou impedido, quando for o caso, informando ao Procurador Geral os motivos de qualquer natureza invocados;
- VIII** - prestar as informações solicitadas pela Presidência da Câmara ou pelo Procurador Geral;
- IX** - incumbe ao Procurador, de forma colaborativa, manter o Procurador-Geral oportunamente informado acerca das audiências agendadas e dos processos administrativos ou judiciais, bem como comunicá-lo, tão logo possível, sobre eventual afastamento do cargo nas situações autorizadas por esta Lei; resguardam-se ao Procurador, sempre que pertinente, todos os demais direitos e deveres atribuídos aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único.** Ao Procurador aplicam-se outros direitos e obrigações comuns aos demais servidores públicos municipais, no que couber.





## PREFEITURA DE SOBRAL

**Art. 25.** Os Procuradores da Câmara Municipal têm os deveres, obrigações e impedimentos estabelecidos nesta Lei e na Lei Federal nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

**Art. 26.** Além das obrigações decorrentes do exercício de cargo público, aos Procuradores Assistentes da Câmara Municipal é vedado:

**I** - manifestar-se, publicamente, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo ordem, ou autorização expressa da Presidência da Câmara Municipal;

**II** - exercer suas funções em processo judicial ou administrativo:

- a)** em que seja parte;
- b)** em que haja atuado como advogado de quaisquer das partes;
- c)** em que seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro;
- d)** membros do Poder Legislativo Municipal e Vereadores.

**III** - participar de comissão ou banca de concursos realizados pelos órgãos do Município, nem intervir no seu julgamento e votar sobre organização de lista para promoção ou remoção, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

**Art. 27.** Os Procuradores da Câmara Municipal devem dar-se por impedidos ou suspeitos nas hipóteses da legislação processual em vigor.

**Parágrafo único.** Nas situações previstas neste artigo, necessário que seja dado ciência ao superior hierárquico imediato, em expediente reservado, dos motivos do impedimento, objetivando a designação de substituto.



# PREFEITURA DE SOBRAL

## TÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 28.** Altera nomenclatura do cargo efetivo de Procurador Jurídico, que passa a denominar-se "Procurador Assistente", cujos respectivos servidores permanecerão enquadrados em seus atuais níveis de enquadramento funcional, sem alteração de seus vencimentos.

**Art. 29.** Altera nomenclatura dos cargos comissionados de Coordenador Jurídico e Assessor Jurídico, que passa a denominar-se respectivamente "Procurador Geral" e "Procurador Adjunto", com vencimentos (Anexo I) previsto nesta Lei.

**Art. 30.** Os Procuradores estão sujeitos ao regime jurídico especial desta Lei, aplicando-se lhes nos casos omissos, o instituído Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sobral, resoluções da Câmara Municipal e pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Art. 31.** A representação judicial e extrajudicial exposta nesta Lei, deverá ser tomada após autorização da Presidência da Câmara de Sobral, por meio de procuração para a prática de tais atos.

**Art. 32.** Fica vedado aos membros da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral - PGCMS, seja cargo comissionado ou efetivo, manifestarem-se institucionalmente ou encaminharem documentos externos sem a prévia autorização escrita da Presidência da Câmara Municipal.

**Art. 33.** Ficam revogadas todas as disposições em contrário no tocante a regulamentação da carreira e do cargo efetivo de Procurador Assistente e da estrutura da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral.

**Art. 34.** Fica consolidada em Procurador Assistente a nomenclatura dos 04 (quatro) servidores efetivos, membros da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral, para todos os fins legais.



## PREFEITURA DE SOBRAL


**Art. 35.** Os Procuradores da Câmara Municipal de Sobral têm direito aos honorários de sucumbência, com base no art. 22 da Lei nº 8.906/1994 Estatuto da OAB) e no art. 85, § 19, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil de 2015), sendo o valor arbitrado rateado de forma igual entre todos os membros da Procuradoria da Câmara Municipal, independentemente de quem tenha atuado na demanda que gerou os referidos honorários advocatícios.

**Art. 36.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 37.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.778, de 12 de julho de 2018, Lei nº 2.589, de 30 de abril de 2025, e o Inciso I, do artigo 4º da Lei nº 989 de 16 de dezembro de 2009.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES  
JÚNIOR, EM 10 DE JUNHO DE 2025.**

  
**OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR**  
Prefeito Municipal de Sobral

  
Gustavo Judnar Ferreira Ribeiro  
Procurador Geral do Município  
OAB-CE 33.573





**PREFEITURA DE  
SOBRAL**

**ANEXO I DA LEI Nº 2612 DE 10 DE JUNHO DE 2025**

<b>CARGO</b>	<b>VENCIMENTO</b>	<b>VAGAS</b>
Procurador Geral	5.500,00	01
Procurador Adjunto	5.358,00	01



# PREFEITURA DE SOBRAL

## SANÇÃO PREFEITURAL Nº 2583/2025

Ref. Projeto de Lei nº 092/2025


Autoria: **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sobral**

Após análise do Projeto de Lei em epígrafe, o qual “**Dispõe sobre a organização da Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Sobral - PGCMS, sobre sua estrutura e atribuições, institui sua regulamentação e dá outras providências.**” aprovado pela augusta Câmara Municipal de Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA E IRRESTRITA.**

Publique-se.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR,  
EM 10 DE JUNHO DE 2025.**

  
**OSCAR SPINDOLA RODRIGUES JUNIOR**  
Prefeito Municipal

  
Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro  
Procurador Geral do Município  
OAB-CE 33.573